

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) – Comunicação de Líder:**

Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; colegas vereadores e vereadoras; público das galerias, boa tarde. Em 2001, o Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul entrou, junto com outras 16 entidades representativas, com uma ação questionando a inconstitucionalidade do IMESF. A luta desse setor sempre foi por concurso público para os servidores, para terem os seus direitos garantidos. Ontem, à tarde, trabalhadores da saúde receberam o anúncio da extinção do IMESF por decisão do STF, e, com isso, pelo menos 68 unidades de saúde serão fechadas. A saúde pública está em desamparo, e ficará ainda mais sem os trabalhadores que atendem à demanda da população na atenção básica e saúde da família. A gestão em saúde não pode ficar a cargo das trocas de empresas em cada gestão municipal, como era anteriormente. É dever da Prefeitura, neste momento, evitar prejuízos à população assegurando a continuidade dos serviços prestados, principalmente, informando o destino desses 1.840 profissionais que hoje se sentem desabrigados. Acreditamos que a garantia de realocação desses trabalhadores nas implantações subsequentes seja o maior foco que nós temos hoje. A garantia dos serviços é essencial e hoje não podemos ver postos fechando e sendo unificados, na promessa de melhor atendimento. Só consigo ver usuários descontentes, descrentes e funcionários sem saber como será o amanhã. A decisão do STF ainda não foi publicada, portanto, qualquer demissão será considerada ilegal. A decisão do STF sentenciou a inconstitucionalidade do IMESF e não definiu a forma de transição, deixando a Prefeitura livre para manter com modelo anterior de trocas de empresas a cada gestão municipal, o que continuará sendo inconstitucional e não atenderá de fato a decisão judicial. O dever da Prefeitura é zelar também pela saúde dos profissionais. Chega de descaso com o atendimento básico na saúde. Queremos a garantia de atendimento à população. Também quero fazer um apelo a esses profissionais de saúde, quanto às unidades de saúde, para manter estas abertas e não desassistirem a população já tão carente destes serviços, mesmo com as suas reivindicações de hoje. Apoiamos a causa sem ser coniventes ao não atendimento do percentual obrigatório em cada unidade, enquanto a situação esteja pendente, e assim lutaremos juntos para que tudo se resolva. Tenho certeza da sensibilidade do nosso prefeito e que ele fará o possível para que essas

peças sejam, no mínimo, realocadas e garantido o seu direito de trabalho. Muito obrigada.

(Texto sem revisão final.)